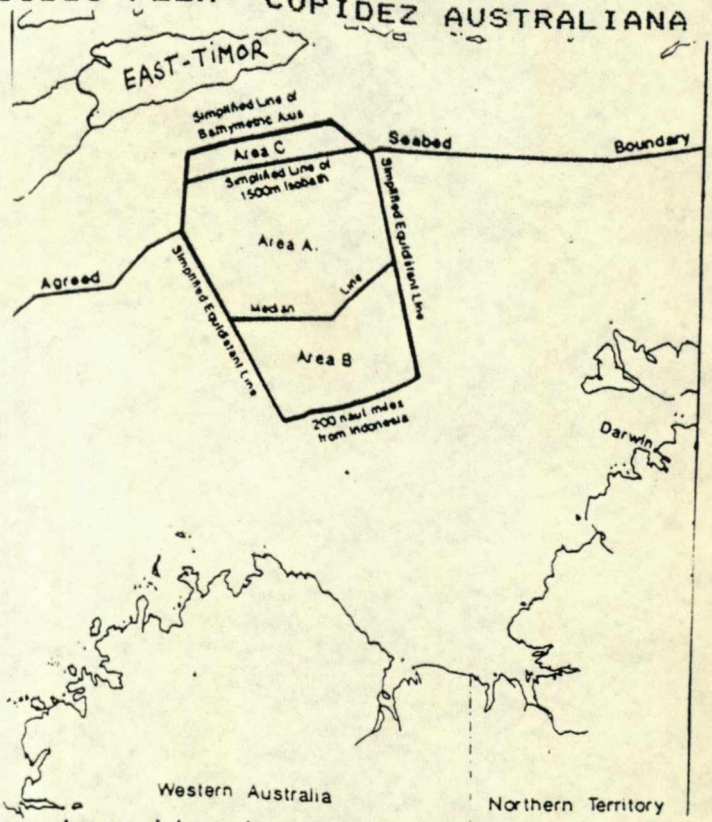
CDP TL737
DOCUMENTAÇÃO
/
5190

TIMOR OIL GAP

OS DIREITOS DE TIMOR FORAM VENDIDOS PELA CUPIDEZ AUSTRALIANA



No momento em que os representantes da Austrália e da Indonésia viajavam num Boeing, por cima de Timor Leste, eles assinaram o tratado que regula a exploração conjunta dos recursos petrolíferos do Mar de Timor. Isso aconteceu no dia 11 de Dezembro do ano passado e as negociações prévias entre os dois países tinham durado dez anos. O acordo ainda tem de ser ratificado pelos Parlamentos dos dois países: isso acontecerá, segundo se espera, na primeira metade deste ano. O parlamento australiano até tem que mudar algumas leis, antes que o tratado possa entrar em funcionamento. Depois de os parlamentos terem ratificado o tratado, ele tem que ser registado nas Nações Unidas e, neste caso, isso não é uma mera formalidade, visto que os campos de petróleo situam-se dentro das águas territoriais de Timor Leste. A Indonésia, que desde 1975 ocupa militarmente Timor Leste, do ponto de vista do direito dos povos, não tem nada que procurar aí, e a Austrália, com a assinatura do tratado, vendeu os direitos do povo timorense para satisfazer a sua cupidez.

Informação prévia

No princípio dos anos setenta houve negociações entre a Austrália e Portugal, que era a potência colonial, sobre as fronteiras marítimas do território, mas nunca houve uma resolução final que definisse essas fronteiras. Nessa altura Portugal não tinha pressa prque queria esperar pelos resultados de uma conferência das NU onde seriam regulamentadas as 'leis do mar'. A conferência teria lugar em 1973, e ninguém poderia então imaginar que ela ia durar até 1982! Depois da invasão indonésia também não foram feitos nenhuns acordos sobre fronteiras entre a Austrália e a ocupante ilegal Indonésia, porque as opiniões estavam muito afastadas uma da outra; ambos os países reclamavam como seus os mesmos territórios e os mesmos campos petrolíferos. Além disso, a Austrália ainda pertencia, na altura, ao conjunto maioritário de países que não reconheciam as pretensões indonésias quanto a Timor Leste. Essa situação mudou a 20 de Janeiro de 1978, quando a Austrália reconheceu a anexação de facto, apesar de não estar de acordo com a maneira como ela se fêz.

Quando começaram as negociações sobre o 'oil gap'- em Fevereiro de 1978 - o reconhecimento de facto tornou-se num reconhecimento 'de jure'. Isso foi um gesto óbvio de boa vontade para com a Indonésia, em que os direitos da população timorense eram sacrificados na esperança de que os supostos tesouros do petróleo pudessem ser explorados. O assassínio de cinco jornalistas australianos, pouco depois do ataque a Timor Leste, pelo exército indonésio, já estava perdoado e esquecido.(1)

A Austrália já fazia prospecção, há algum tempo, em regiões mais a sul do 'oil gap' timorense; nomeadamente os poços de petróleo Challis e Jabiru mostraram ser muito lucrativos. Em 1983, quando tinham a certeza das dimensões das reservas de petróleo, as companhias petrolíferas começaram a pressionar fortemente o governo australiano para que resolvesse a questão. Algumas companhias petrolíferas australianas e internacionais até já tinham conseguido concessões nessa região. Mas não se abalançavam a grandes investimentos nela antes de haver a certeza se a Indonésia ia intervir militarmente (The Age, 31.03.84). Um pouco mais a norte de Jabiru foi encontrado outro poço de petróleo (Kelp), muito mais prometedor, mas esse já ficava nas águas territoriais de Timor Leste. A Austrália resolveu reclamar para si esta região Kelp na nova ronda de negociações que começaria em Fevereiro de 1984 (The

Sydney Morning Herald, 18.01.84). Mas a Indonésia recusou com grande espalhafato: as aspirações australianas 'não são realistas', segundo o então ministro dos negócios estrangeiros Mochtar. Ele pensava que não havia qualquer 'solução técnica' para o contencioso e que a Indonésia teria a paciência suficiente para esperar até que a Austrália estivesse disposta a tomar 'uma decisão política ao mais alto nível' (Far Eastern Economic Review, 19.04.84).

A divisão do lucro

Em Novembro de 1984 houve um avanço nas conversações: a Austrália propôs que a exploração fosse feita conjuntamente (The Australian, 27.11.84) Isto porque Melo parecia ser a maior descoberta que se fêz em 20 anos - um poço de petróleo que facilmente entraria no grupo dos 25 maiores do mundo - e um país como a Austrália não poderia deixar passar uma oportunidade dessas apenas por causa de uma 'briga de fronteiras' A 5 de Setembro de 1988 foram lançadas as bases para este tratado. O 'oil gap' timorense foi dividido em três zonas. A oposição australiana silenciou a violação dos direitos de Timor e toda a gente felicitou o governo por ter encontrado uma solução tão imaginativa para um conflito que parecia sem saida.

Agora, o tratado foi assinado, e chegou-se a acordo quanto a 61.000 quilómetros quadrados da plataforma continental entre a costa sul de Timor Leste e o Norte da Austrália. Segundo o tratado, a região é dividida em Zona A, a maior (35.840 km²), que será perfurada pelos dois países numa base de 50:50; Zona B, ao sul (21.120 km²), que será explorada pela Austrália, recebendo a Indonésia 16% dos impostos; e a Zona C, ao norte (5.000 km²) que pertencerá à Indonésia, ficando a Austrália com 10% dos impostos. Estas zonas de exploração são subdivididas em regiões contratuais Foi feito um complicado acordo de cooperação para a Zona A, em que o lucro é dividido entre as duas partes A gestão é feita por um Conselho Ministerial e uma Gestão Conjunta, e os ministros responsáveis são o australiano Peter Cook (Recursos Naturais) e o indonésio Ginandjar (Minas e Energia) Trabalha-se com contratantes, em que se incluem sociedades petrolíferas estrangeiras. Até agora só se falou na Mobil Oil, mas espera-se que haja interesse da parte de empresas japonesas, e até talvez holandesas.

A partilha do saque

Foi uma grande concessão da Indonésia, nas negociações, aceitar que só existe contencioso acerca de uma região (Zona A). Mas, comparada com os ganhos políticos que ela produz, é uma concessão muito pequena. Com ela, o reconhecimento pela Austrália da integração de Timor Leste torna-se um facto consumado.(2) A Austrália torna-se, assim, cúmplice na ocupação de Timor Leste. Até foram lançadas propostas para criar um fundo especial de desenvolvimento, saído dos lucros do petróleo, em benefício das 'províncias orientais indonésias, entre as quais Timor Leste' (Jakarta Post, 12.2.89). Além disso, a Indonésia espera que a vinda de contratantes estrangeiros traga consigo o reconhecimento internacional, e assim reforce a sua posição dentro das Nações Unidas.

Este tratado é o mais extenso contrato que os dois países alguma vez celebraram, um com o outro. Também é a primeira vez que dois países, que têm disputas de fronteiras, não tentam chegar a uma 'separação' mas resolvem cooperar. Pelos vistos a probabilidade de lucros é tão grande que leva a que se siga pela via de: mais vale alguma coisa do que nada.

Já há críticas na Indonésia à divisão deste saque de guerra. Não dirigidas ao aspecto do direito dos povos, mas contra a própria divisão, que seria desfavorável para a Indonésia A Zona B - a zona australiana - teria muito mais petróleo que as outras zonas. Se o acordo fosse 'justo', os lucros de todas as três zonas seriam igualmente distribuidos entre a Austrália e a Indonésia (Jakarta Post, 27.12.89). Por isso, o ministro indonésio dos negócios estrangeiros, Ali Alatas, apressou-se a declarar, perante o parlamento, que as negociações com a Austrália acerca das fronteiras marítimas vão continuar (Jakarta Post, 09.12.89).

Portugal

A demonstração internacional de repulsa contra este tratado cruel ainda se faz esperar. Na Austrália já houve protestos, tanto do lado da oposição parlamentar como do lado da comunidade timorense na Austrália. Em Darwin as delegações

que participaram nas negociações foram recebidas 'pelos rebeldes da Fretilin com cartazes anti-indonésios' (Jakarta Post, 11.12.89). Mas o verdadeiro burburinho tem que vir de Portugal, que ainda é considerado pelas Nações Unidas como a 'potência administradora' sobre Timor Leste. Portugal já manifestou, de diversas maneiras, o seu desagrado acerca deste tratado. Lembrou que se trata de riquezas que pertencem ao povo de Timor Leste e que, portanto, os direitos desse povo estão a ser espezinhados. Além disso, o tratado é uma violação flagrante do direito internacional dos povos e de muitos tratados e resoluções das NU. E visto que Portugal ainda é a 'potência administradora', a assinatura do tratado também significa desrespeito, por parte da Austrália, pela posição de Portugal. O embaixador australiano em Lisboa recebeu uma reprimenda e o embaixador português em Canberra ficou retido em Lisboa 'para consultas'. Mas Portugal devia ir muito mais longe e apresentar a questão ao Tribunal Internacional. Assim, poderá tirar partido do apoio de outros países, especialmente da Holanda, que representa os interesses portugueses em Jacarta(3).
E também há uma tarefa para as Nações Unidas, que sempre reprovaram a anexação de Timor Leste pela Indonésia. Além disso, existem resoluções, que fazem parte das citadas 'leis do mar', como as que foram feitas em 1982, que dão prioridade aos direitos de populações que ainda não têm independência completa ou outra forma de autonomia, quando se trata de disputas territoriais. Neste caso, as NU teriam que defender a reclamação de Timor Leste às águas territoriais, que, afinal, deveriam ser as suas.

Mariël Otten

Para este artigo foram consultadas, além das fontes citadas no texto, também um artigo de Inside Indonesia (nº 17, Dezembro 1988)

Notas:
1. Pouco tempo antes do tratado ser assinado, foi publicado um artigo na imprensa australiana, onde a viúva de um dos jornalistas assassinados - a senhora Shackleton - conta que, durante uma visita recente que fez a Timor Leste, falou com várias pessoas sobre a maneira como o marido dela e os outros quatro jornalistas morreram. Eles foram mortos porque 'tinham visto demasiados horrores'. Com as mãos algemadas atrás das costas, foram levados para uma casa, onde foram mortos à facada, cortados em pedaços e, mais tarde, queimados pelos soldados indonésios. Um soldado indonésio disse-lhe que tinha sido uma 'tragédia horrível' e um 'erro enorme' e que lamentava o sucedido. Respondendo à pergunta porque é que as notícias da Indonésia, nessa altura, diziam que os jornalistas tinham sido mortos a tiro, o soldado disse que essa versão 'era mais aceitável para o Ocidente' (Accent, 08.11.89).
2. Cabe também à Austrália a duvidosa honra de ser o primeiro país do mundo que dá ajuda bilateral, através da Indonésia, a Timor Leste. Há pouco tempo foram postos à disposição 100.000 dólares australianos para projectos agrícolas (The Age, 31.10.89).
3. Na sua recente visita à Holanda, o presidente português Soares pediu à Holanda e a outros países para cumprirem o dever fundamental de 'serem solidários com aqueles que lutam para recuperar a sua dignidade e defendem a sua identidade'. Referia-se a Timor Leste. 'Esquecê-los seria trair os ideais de humanidade e de respeito pelos direitos do homem' (NRC Handelsblad, 03.10.89). Pouco depois, o ministério dos negócios estrangeiros dizia que não via qualquer razão para mudar de política. Ela resumia-se à dar ajuda humanitária e consular, e não a actividades diplomáticas (NRC Handelsblad, 12.10.89). Pelos vistos, os únicos interesses que o nosso país quer defender em Jacarta são os da Indonésia e os da própria Holanda.